

Revista de Portugal

nº 12.2015

Direção: Luís Manuel de Araújo

Anual, Novembro 2015

Registo ICS 124625

Preço: 10€



EÇA DE QUEIROZ. — (Desenho do natural, por COLAÇO.)

170 Anos do Nascimento de Eça de Queirós

Revista de Portugal

n.º 12 - 2015

Direção: Luís Manuel de Araújo

Anual, novembro de 2015

Registo ICS 124625

Preço: 10€

EFEMÉRIDES

BEATRIZ BERRINI

IM MEMORIAM

ERVAMOIRA

COMPANHIA DE FIAÇÃO DE CRESTUMA

ANTERO DE QUENTAL

ENSINO

ANDERSEN

CINFÃES

CRIANÇA RURAL

SAÚDE MENTAL

ARTE COPTA

BIBLIOGRAFIA

ATIVIDADES



Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana

A descoberta da criança rural em Portugal nos anos 30 do século XX. Notas para debate sobre as interferências entre o ideológico e o científico.

José António Afonso

Instituto de Educação/Centro de Investigação em Educação – Universidade do Minho

1. Em 1944, Domingos Monteiro, democrata e crítico do Estado Novo, edita *Paisagem Social Portuguesa*. Livro escrito numa linguagem elíptica, recheado de metáforas e com apelativas analogias. A tese defendida é que o homem social está ausente nos escritos sobre Portugal, ao contrário da abundância de referências ao Portugal físico. Esta afirmação é seguramente uma analogia, porque o autor está consciente que nos estudos sobre Portugal, a questão social tem sido deliberadamente omissa. As suas palavras são incisivas:

«(...) o português de certas classes e de mediana cultura, por vício congénito da sua índole, (...), continua a ignorar o homem social, ignorando-se afinal a si mesmo. Por isso vive, como se não fizesse parte dum todo, e como se os outros (especialmente os que não pertencem à sua classe) socialmente não existissem e tivessem uma função meramente decorativa» (p. 9).

Domingos Monteiro propõe-se, então, refletir sobre a «mancha geral da nossa população», na sua diversidade e nas «suas relações de íntima dependência». A estratégia narrativa acionada passa por construir quatro analogias: *Planície* (referindo-se ao Povo); *Relevo Orográfico* (incluindo-se a pequena, a média e a grande burguesia, assim como o que é denominado por aristocracia económica), *Sistema Fluvial* (onde se discute o persistente problema das migrações), e, por último, *Vales e Sombras* (onde o Autor traça um inventário fino das dilemáticas e estruturais debilidades de Portugal – pobreza económica, alimentação deficitária e inadequada, analfabetismo, mortalidade infantil, as doenças mais flagrantes (tuberculose e sífilis) – contrastando-as com a manifesta ausência de uma efetiva política de assistência social, especialmente, como reforça Domingo Monteiro, nas aldeias, entre outras situações de flagrante

vulnerabilidade social). Os argumentos convocados são de múltipla natureza, e situam-se num debate com atualidade, como, por exemplo (com maior visibilidade) sobre a «raça portuguesa», ou (desenvolvido em surdina) sobre as «condições de vida do povo» – como reflexo de um paradoxo: «[em Portugal] os que trabalham mais, são os que comem menos. Daí o seu constante deprecimento, um definhamento de qualidades físicas e morais que trouxe concomitantemente um agravamento da mortalidade infantil, da criminalidade, e da tuberculose» (p. 25) – ; prolongando-se para uma caracterização (ainda que impressiva) das classes sociais, associada a reflexões sobre a mobilidade social, a formação de hábitos culturais, os vínculos de dominação social e simbólica, a resistência à modernização da sociedade e a persistência de modalidades anacrónicas e inumanas de exploração, adentrando-se para veladas reticências sobre a assunção de projetos designados por nacionalistas, mas de contornos retrógrados, o que conduz o Autor, a ponderar sobre o futuro de Portugal, em face do diagnóstico que traçou (no capítulo *Vales e Sombras*), onde se cruzam problemas estruturais com as consequências da persistente insistência numa «deficiente» organização da economia e a «indiferença e o egoísmo das classes beneficiadas» (p. 79), como também da elite (económica e política) que perdeu «a noção da passagem do tempo e do que isso significa, e que olha indiferente como um manipanso, um ídolo de pedra que começa a ser abandonado pelos seus últimos fiéis para a transformação social que se vai operando no mundo, como se esta lhes não interessasse e não pudesse atingi-los dramaticamente» (p. 58).

Uma grande questão percorre o ensaio de Domingos Monteiro (que poderemos enunciar da seguinte forma: as fraturas territoriais corre-

spondem a fraturas culturais) remetendo para a intrínseca especificidade de um país eminentemente rural, compreendendo-se assim que as únicas referências, no livro, sejam à criança (e à mulher) dos meios rurais.

«Uma criança da *planície* nasce, e após o período relativamente feliz, em que é sustentada pelo leite materno, que só termina, com uma nova gravidez da mãe ou quando o leite seca (os casos de aleitamento até aos 4, 5 anos e mais, são nas nossas aldeias relativamente vulgares), começa, desde logo, a alimentar-se como os pais e também ao acaso do que lhe dão a do que encontra – frutas verdes, restos de comida, doçaricos que lhe oferecem as pessoas de bom coração, contra todas as regras de puericultura». (p. 28).

Esta descrição, é reforçada por uma outra também eivada de realismo:

«(...) quem atravessa o caminho central duma aldeia portuguesa deparará, muitas vezes, com bandos de crianças seminuas e esfarrapadas, brincando no chão, de mistura com as galinhas, os porcos, os cães e os gatos, de que só se distinguem pelo seu aspeto relativamente humano». (pp. 28-29).

Prossegue Domingos Monteiro a sua incisiva narrativa:

«Observará, também, os ventres enormes, em contradição com os rostos definhados e os olhos vivos de animaizinhos semisselvagens. Logo entre o primeiro e o segundo ano dá-se a primeira ceifa brutal de vidas e uma grande parte dessas crianças morre, vitimada pelas doenças de infância, especialmente a enterite, provocada pela absoluta falta de higiene e o seu absurdo e intoxicante regime alimentar» (p. 29).

Este momento, conhecido, segundo o Autor, como «Colheita do Senhor», é com «total conformidade e resignação» aceite pelos pais como uma espécie de «tributo» a Deus, revelando, no entanto, uma cruel realidade: «Opera-se assim uma espécie de seleção natural inexorável, pois que só resistem aqueles que melhores condições tem para suportar as terríveis agruras da existência» (*id.*). Naturalmente, a idade de

ingressar na escola aproxima-se em simultâneo com novos dilemas para os pais: uns desistem de os matricular porque «não podem continuar a alimentar uma boca inútil» (*id.*); outros «consentem em mantê-los lá até que estejam aptos a ler as letras gordas das epígrafes de um jornal» (pp. 29-30); e, «mercê de estupendos sacrifícios familiares» (p. 30), alguns «conseguem chegar aos altos cumes da 4ª classe» (*id.*). O Autor deixa transparecer que a «educação escolar» é indiciadora de problemas de natureza social, não redutíveis a especulações políticas, nem subsidiários de miríficas ideologias, e dedica um intrigante parágrafo a acentuar a importância do «pároco de aldeia» como o responsável pela «verdadeira educação». Passado – para pouquíssimas crianças – o tirocínio escolar, o mundo do trabalho (já experimentado) surge:

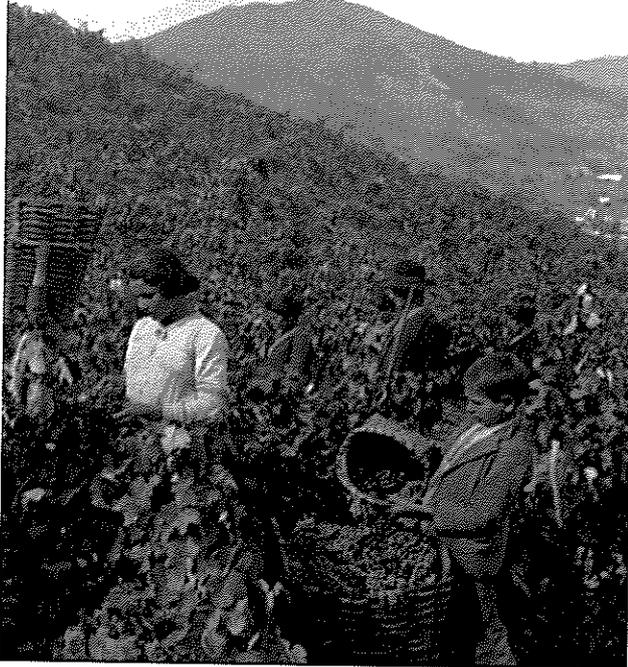
«Esse trabalho precoce, em que é por vezes obrigada a transportar objetos demasiadamente pesados, a suportar, como o homem as inclemências da intempérie, a sujeitar-se, como ele, a um regime excessivo de esforço, acompanhado duma alimentação insuficiente para o trabalho que faz e para as necessidades de construção fisiológica nessa idade tão exigentes – tem também responsabilidade na estrutura atarracada, e na deformação óssea e muscular que, com tanta frequência, se verificam» (p. 30).

Deste modo a criança rural «atinge a idade adulta» – como lamenta o Autor sem «jogos infantis e com todos os problemas da adolescência abafados sob a tarefa brutal que é obrigado a realizar» (p. 31).

Cumprido o serviço militar – as comumente designadas «ir às sortes» – casa-se, iniciando-se um outro ciclo na sua vida, também ele sinuoso e complexo. Entre vários apontamentos, sobre esta fase, Monteiro refere-se à mulher, evocando, por um lado que ela incorpora «uma experiência humana muito mais complexa» que a do homem, e, por outro lado, desconstrói um estereótipo:

«Em abono da verdade, deve dizer-se que, em contradição com certas teorias antropológicas – menos capacidade craniana, diferença de

índices cefálicos, etc. – as mulheres desta classe apresentam sobre os homens uma bem marcada superioridade intelectual» (p. 31).



Alto Douro. Vindimas, c. 1930 (Fonte: SOUSA, F., coord., et alii (2008). Espólio Fotográfico Português, Foto Beleza. Porto: Ed. CEPESE)

Não deixa de sublinhar que o destino da mulher, numa vida «terrivelmente concreta», «segue um caminho paralelo» ao do homem, mas acrescido com outras responsabilidades, porque, para além do trabalho, é mãe e «tem a sua tarefa suplementar e quotidiana de dona de casa» (p. 32). Estas circunstâncias explicam o seu «envelhecimento exterior», mas não precludem «a sua capacidade de procriar, uma capacidade de procriar verdadeiramente espantosa que é afinal a única garantia verdadeira do crescimento fisiológico da população portuguesa» (*id.*), porque «na *planície* os filhos são a única forma de seguro social e de aposentação». (p.33).

2. Em 1926 a 1ª República é derrubada por um golpe militar conservador, instalando-se um Ditadura Militar que cilindra a experiência democrática anterior e estrategicamente prepara o Estado Novo, constitucionalizado em 1933, com pressupostos nacionalistas, eugé-

nicos e corporativos. Portugal tem perto de 7 milhões de habitantes, dos quais cerca de 60% trabalham na agricultura e perto de 19% trabalham na indústria. O analfabetismo ronda os 70%. A taxa de natalidade cifra-se nos 27,71 por mil habitantes, dos quais 4,3% são ilegítimos. A taxa de mortalidade é de 15,59%, mas a taxa de mortalidade das crianças até aos 5 anos é de 203,9 por mil, sendo as suas causas as diarreias, as enterites, a tuberculose (também a 2ª causa de morte para a população adulta), as patologias ligadas à má nutrição e deficientes condições de vida, e as debilidades congénitas (infeções respiratórias, sarampo, ...). A pobreza e a miséria das famílias são de uma intensidade inaudita. As condições de trabalho péssimas, com particular acuidade nas zonas rurais (DESCAMPS, 1935; SAAVEDRA, 2013) A assistência é «deficiente e mal orientada» (CORREIA, 1938). As políticas públicas no âmbito da educação e da saúde são «exíguas», corolário aliás da própria conceção do regime que atribuía ao Estado um papel «supletivo», designadamente na saúde (PIMENTEL, 1999; RODRIGUES, 2013) e que investia na impregnação do «espírito nacionalista» na escola primária, ou seja estava empenhado no erguer uma «escola portuguesa», onde a desvalorização do professor, a redução ao mínimo dos saberes ministrados e a legitimação da seleção social encontra fórmulas sofisticadas de exclusão das classes populares, tal como literalmente perorava J. Pereira Pinto (s. d.), glosando uma máxima de Paul Descamps: «a instrução não se faz sentir num «estado social» baseado na agricultura camponesa» (1935, p. 379). Tornava-se imperioso inventar um país que correspondesse aos desígnios do Estado Novo, criando-se uma representação da nação que elidia o presente – a invenção de uma atualidade nacional – e saturava o passado de história – invenção das categorias de raça e de temperamento e politização de pré-conceitos –, obliterando deste modo tudo o que existia de perturbador para o regime, incluindo-se naturalmente o mundo rural. Sobre este fabricou-se a imagem social de um

universo sem conflitos sociais, sem sujidade, sem fealdade, ignorando-se deliberadamente o camponês enquanto força de trabalho e ocultando as suas precárias condições de vida. Replicaram-se estereótipos e arquétipos que se traduziram na invenção de «um país de camponeses estetas» (MARQUES, 2007:70), onde os «indícios de miséria» são sinónimo de «uma imagem benévola da pobreza, com toda a simplicidade e o desprendimento dos bens materiais» (*id.*, p. 83), objetivando-se na arte popular a «emanação direta da alma da nação» (*id.*, p. 66). Contudo esta imagem idílica, difundida pelo mundo, escondia a dura realidade sociológica das populações rurais. Conjugado com o efeito de folclorização, mobilizaram-se saberes que possibilitassem, como referiu Mendes Correia, «o vigor e a pureza germinal da Raça» como garante da «continuidade histórica da Nação» e dos «valores eternos do espírito». A assunção de um projeto político, cultural e pedagógico, que compaginasse o desenvolvimento da saúde física e da saúde moral com a higienização do ambiente, tendo como objetivo a formação do carácter como modo de evitar a degenerescência da raça, teve o firme apoio da ciência antropológica na construção de um cânone antropométrico – correspondente aos propósitos nacionalistas do Estado Novo em destacar a especificidade da população e da história nacionais – refletido na elaboração científica de uma história natural da população portuguesa. Com base em estudos eminentemente laboratoriais ou experimentais, de matriz psicológica ou subsidiários de uma antropologia biológica e física, elaboraram-se taxionomias e classificações, justificadoras da norma e legitimadoras dos desvios, que confluíram para programas de higiene racial e sexual. Os dados empíricos foram revestidos por uma argumentação coincidente com as premissas políticas totalitárias, prevalecendo o princípio dos «assuntos de interesse nacional» (OLIVEIRA & ABREU, 2012; SANTOS, 2005).



Retrato de grupo. Mulher e crianças. Casa Rural, 1914-1920 (Fonte: Arquivo de Documentação Fotográfica/ DDCl/DGPC)

3. Deve-se a António Almiro do Vale um importante (e provavelmente pioneiro) levantamento médico-antropológico, em meio rural. Em 1933, visitou todas as escolas do concelho de Tondela, encravadas em plena Serra do Caramulo, com uma altitude entre os 600 e os 1.000 m, e observou 2.607 alunos, tendo por base uma ficha exclusivamente elaborada para o efeito com os seguintes campos: dados físicos e etiológicos da criança e dos pais; identificação sociográfica do agregado familiar e, preenchido pelos professores, observações sobre a conduta, o temperamento e a aplicação do aluno, além do rastreio da acuidade visual.

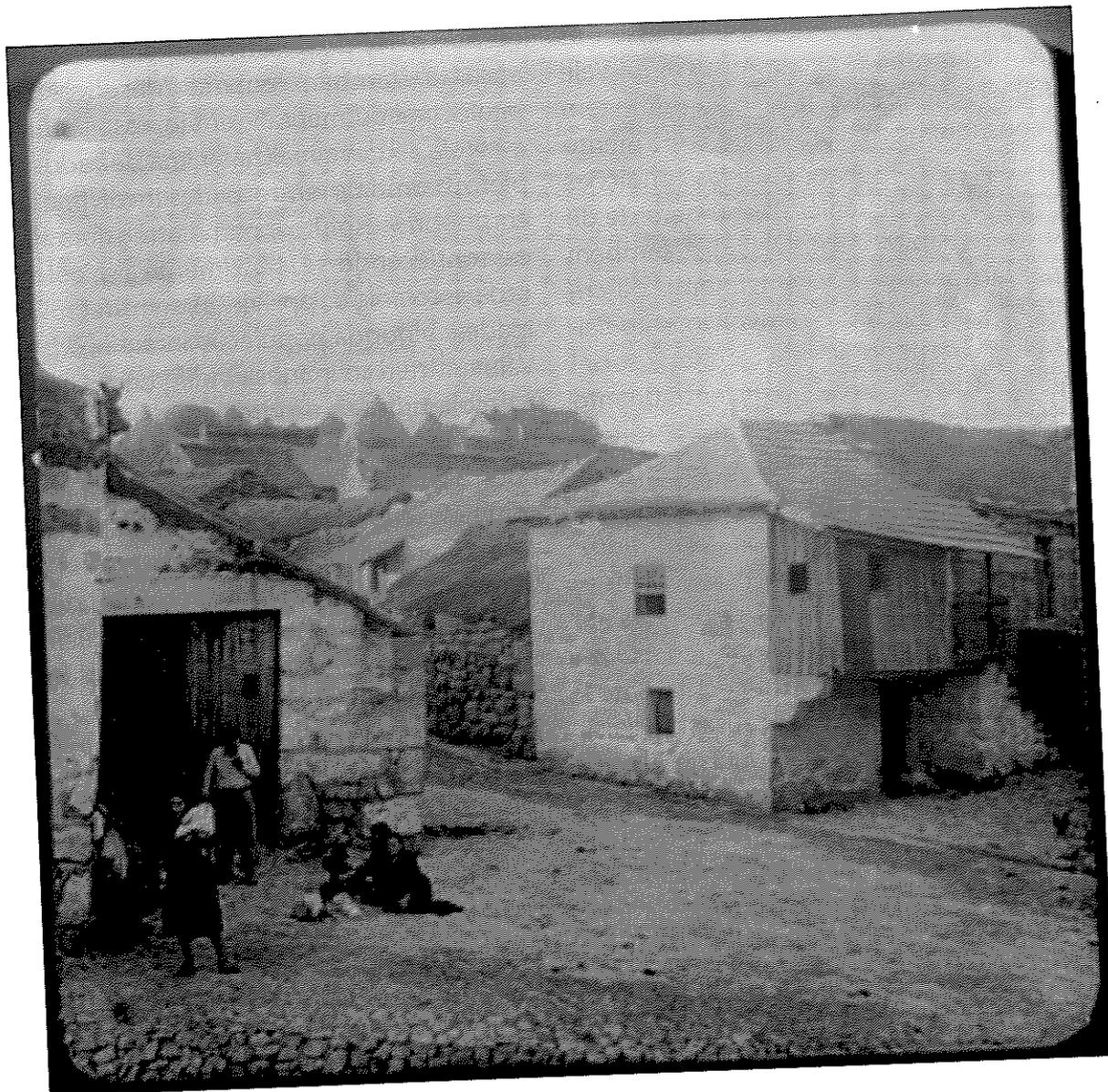
Os dados permitem apurar as «doenças mais frequentes nos antecedentes diretos e colaterais da criança» em função das «condições económicas e educativas da família». No concelho de Tondela, «70% da população é pobre, 25% é remediada e 5% rica», o que legitima uma conclusão: «Nunca é demais dizermos que o meio rural que estudámos enferma também do mal que existe nos demais meios rurais portugueses» – «a miséria é flagrante de norte

a sul, de nascente a poente entre a classe dos nossos agricultores», explicita António do Vale (1936: 63). O regime alimentar insuficiente tem fortes consequências «no desenvolvimento físico da criança» (peso e altura) e as condições de habitabilidade (higiénicas) – número de divisões, tipo de habitação – revelam-se também fundamentais para o desenvolvimento da criança, diz-nos o autor: «o desenvolvimento físico infantil está dependente da categoria social da família sendo tanto mais deficiente quanto maior for a miséria daquela» (*id.*, p. 73). Reumatismo, alcoolismo, tuberculose (e estados pré-tuberculosos), sífilis, paludismo, cancro e lepra são a realidade encontrada, que traduz um efeito de «hereditariedade patológica mórbida» (*id.*, pp. 4 *sq.*, 48 *sq.*). Nas populações aldeãs, estudadas por António do Vale, constata-se que «os fatores exógenos do crescimento» (alimentação, clima, estações, causas sociais) e os «fatores endógenos» (glândulas endócrinas, sexo e puberdade, raça, hereditariedade) combinam-se de modo severo, explicando que «doenças atuais» (vícios deformatórios do tronco, raquitismo, linfatismo, hipertrofia das amígdalas, afeções do couro cabeludo e da pele, cárie dentária, obesidade) relacionam-se com o reduzido «crescimento estatural» (*id.*, pp. 180 *sq.*, 221 *sq.*). Esta é a sumária identificação da criança rural. No estudo está sempre patente a componente profilática que «impeça o descalabro» da vitalidade do povo português (*id.*, p. 228). António do Vale destaca a importância da escola nos meios rurais, como imprescindível para o «desenvolvimento normal» da criança, quer do «ponto de vista antropológico», quer do «ponto de vista médico» (*id.*, pp. 180 *sq.*), sendo por isso de interesse o capítulo que dedica ao «Meio escolar» (*id.*, pp. 74-89). Considerações de boas práticas entrelaçam-se com observações sobre o concelho de Tondela, fazendo emergir considerandos sobre a inserção da escola no contexto rural.

Partindo da afirmação que «a escola é o primeiro ambiente artificial que a sociedade cria à criança» e que a idade escolar «coincide com

grande parte do desenvolvimento físico da criança (...) e também com o seu desenvolvimento intelectual ou mental», então, esse ambiente – a escola – «deve realizar acima de tudo a completa harmonia entre o desenvolvimento do corpo e do espírito», numa atmosfera higiénica, conhecendo-se «habilmente a psicologia de cada escolar» (*id.*, pp. 74-75), sem afetar «a vitalidade e vigor da população infantil» (*id.*, p. 76). Vale critica a «criminosa indiferença» para com a escola primária – nomeadamente, no que se refere aos «requisitos que a higiene escolar impõe» e às «obras de proteção à infância» (tais como descreve o autor: cantinas escolares, escolas ao ar livre, obra de vestuário, assistência médica, educação física, colónias de férias, educação moral, estética e intelectual, entre outras) esclarecendo que a razão das suas críticas decorre do «conhecimento objetivo das necessidades que verificámos durante o nosso inquérito médico-antropológico» (*id.*). Constatou que, a maioria das escolas, não observavam as condições exigidas pela higiene escolar, pontualizando que bastantes «foram instaladas em autênticos pardieiros, em barracões improvisados onde se consente que a criança permaneça durante o tempo escolar, num ambiente, essencialmente, hostil à sua saúde» (*id.*, p. 77), logo «sem conforto moral e material» (*id.*) contribuindo para o «enfraquecimento físico das nossas crianças» (*id.*, p. 78).

Como contraponto defende que o «edifício escolar moderno precisa de ser alegre e elegante no seu traço arquitetónico; cheio de luz e ar, bem situado e amplo, construído com materiais próprios e distante dos lugares ruidosos e insalubres», construído «segundo um tipo essencialmente português» (*id.*), com áreas bem dimensionadas e anexos – «pátios de recreio, campos de jogos, piscinas, etc» (*id.*, p. 79). A sua realidade rural permitiu-lhe detetar uma escola edificada junto a um sanatório (inclusive o pátio do recreio é «visitado pelos doentes sanatorizados») constituindo um local de contágio do bacilo da tuberculose, como demonstra o autor com um «ensaio anti-tuberculínico» que



Habitação rural, século XX (Fonte: Museu de Arte Popular)

realizou (*id.*, pp. 80-81); escolas situadas «por cima de tabernas»; escolas «junto de currais de bois e de ovelhas», e escolas construídas sem terem em atenção «o clima, as chuvas e os ventos dominantes na região» (*id.*, p. 81). As salas de aula exíguas (sem cubagem e superfície) eram frequentadas por um «número elevado de alunos» (*id.*, pp. 81-83); os edifícios «pintados com cores escuras» e construídos com materiais não apropriados, sem ventilação, sem iluminação e com mobiliário inadequado, em particular, as carteiras que não estavam «adaptadas à fisiologia dos escolares que nelas se

sentam» – o que explica, sublinha António do Vale, a significativa «percentagem de deformações do tórax e da coluna vertebral», que o inquérito patenteou (*id.*, p. 84). O autor sugere que se utilize «um só modelo de carteiras» com base nos «dados auxológicos de cada aluno» (*id.*, pp. 84-85), salientando também que «o mobiliário escolar deverá ser individual para que o possamos considerar higiénico», e que o «critério racional e fisiológico» deve ser o único na sua elaboração (*id.*, p. 86). Um outro aspeto que Vale afirma ser importante considerar relaciona-se com a circunstância da população que

frequenta a escola «pertencer à classe pobre» (vivendo em «péssimas condições higiénicas», sinaliza o autor) logo é estulto, pela obrigatoriedade escolar, que «centenas de crianças raquíticas e débeis» sejam privadas «durante o tempo escolar da única riqueza que possuem e com que a natureza as bafejou – o sol e o ar» (*id.*, p. 87). Enfatiza a necessidade de se realizarem «exames médicos periódicos», a fim de despistar «a tuberculose pulmonar que os afeta», salvaguardando-se, assim, a própria saúde dos professores (*id.*, p. 88), concluindo que à escola primária rural seja «dado mais algum conforto material e moral a fim de que a população que a frequenta obrigatoriamente, saia dela convenientemente preparada para a vida», dignificando-se deste modo o «professor primário na sua elevada missão de instrutor e educador», anulando-se, por consequência, a «influência perniciosa que o meio escolar pode ter sobre a saúde da sua população» (*id.*, pp. 88-89).

4. O campo científico português dos anos 30 revelou a sua íntima relação com o poder político, mostrando-se permeável aos axiomas ideológicos e subsidiário dos constrangimentos externos, era, por consequência, um campo onde o princípio da heteronomia prevalecia sobre o da autonomia (BOURDIEU, 1997). No entanto, germinaram abordagens (muitas delas nascendo dos polos periféricos do próprio campo científico) ao mundo rural – sejam as de cunho higienista, as de expressão médico-pedagógica, as resultantes da psicologia científica, ou as de uma nascente sociologia rural (ÁGOAS, 2010) – que consagram a população como objeto de estudo, rompendo com o redutor olhar etnográfico e com as contaminações das apoias eugénicas.

Fontes e referências bibliográficas

- ÁGOAS, F. (2010) – *Saber e Poder. Estado e investigação social agrária em Portugal nos primórdios da Sociologia em Portugal*. Tese de doutoramento (mimeo.). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Nova de Lisboa.
- BOURDIEU, P. (1997) – *Les usages sociaux de la science. Pour une*

sociologie clinique du champ scientifique. Paris: Institut National de la Recherche Agronomique.

- CORREIA, F. (1938) – *Portugal Sanitário (Subsídios para o seu estudo)*. Lisboa: Ministério do Interior – Direcção Geral de Saúde
- DESCAMPS, P. (1935) – *Le Portugal. La vie sociale actuelle*. Paris: Librairie de Paris.
- GRAÇA, L. Q. (1945) – *Problemas da vida rural*. Lisboa: Livraria Luso-Espanhola.
- GUILLEMAIN, E., coord. (2014) – *Extension du domaine psy*. Paris: PUF
- Marques, V. M. (2007). «A poesia dos simples»: arte popular e nação no Estado Novo. *Etnográfica*, 11 (1), pp.63-89.
- MATOS, P. F. (2012) – *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)*. Tese de doutoramento (mimeo.). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa.
- MIRA, F. (1950) – *A Educação em Meios Rurais*. Lisboa: Livraria Luso-Espanhola.
- MONTEIRO, D. (1944) – *Paisagem Social Portuguesa*. Porto: Editora Educação Nacional.
- OLIVEIRA, A. L. & ABREU, M. V. (2012) – The reception of Experimental Psychology in Portugal in the early decades of the 20th century: the creation of the first Portuguese Laboratory of Experimental Psychology as a privileged analyzer. *Revista de Historia de la Psicologia*, 33 (4), pp. 37-56.
- PEREIRA, A. L. (2001) – *Darwin em Portugal. Filosofia. História. Engenharia Social (1865-1914)*. Coimbra: Almedina.
- PIMENTEL, I. F. (1999) – A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. *Análise Social*, 34 (151-152), pp. 477-508.
- PINTO, J. P. (s.d – c. 1940) – *O Espírito na Escola*. Porto: Porto Editora
- ROCHA, M. & MORAIS, M. H. (1990) – Idade da menorca na Região de Coimbra (Portugal). *Antropologia Portuguesa*, 8, pp. 165-177.
- RODRIGUES, A. P. (2013) – *Da Assistência aos Pobres aos Cuidados de Saúde Primários em Portugal: o papel da Enfermagem 1926-2002*. Tese de doutoramento (mimeo.). Lisboa: Escola Nacional de Saúde Pública – Universidade Nova de Lisboa.
- SANTOS, A. (1919) – *Educação Nova. As Bases – I: O Corpo da Criança*. Paris/Lisboa: Aillaud & Bertrand.
- SANTOS, G. D. (2005) – *A Escola de Antropologia de Coimbra, 1885-1950. O que significa seguir uma regra científica?* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SAAVEDRA, M. (2013) – Malária, mosquitos e ruralidade no Portugal do século XX. *Etnográfica*, 17 (1), pp. 51-76.
- VALE, A. A. (1936) – *A robustez da criança rural em idade escolar. Estudo baseado em mais de sessenta mil observações médico-antropológicas, em crianças do Concelho de Tondela (Portugal)*. Coimbra: Coimbra Editora.